

Por Antonio Penteado Mendonça



O Brasil teve 270 mil focos de incêndio no ano de 2017. É o maior número desde o começo da série, em 1999. É também um indicador claro de que alguma coisa precisa ser feita porque a tendência é de crescimento dos focos nos próximos anos.

Há quem afirme que o número real é bem maior, já que um número desconhecido de focos de incêndio aconteceu no imenso território nacional sem que estes eventos, pelas mais variadas razões, tenham sido informados ou incorporados à estatística oficial.

É um quadro preocupante. 270 mil focos de incêndio é ordem de grandeza para exigir enérgicas providências das autoridades, no sentido de coibir a ocorrência de uma grande quantidade deles, pela adoção de medidas relativamente simples, destinadas a impedir, ainda antes que aconteçam, o surgimento dos focos de fogo e sua conseqüente propagação.

Este número permite diferentes leituras, todas com capacidade de mostrar a gravidade do quadro, tanto pela situação econômica-social, como pela falta de cuidado da população.

É aí que mora o perigo. Boa parte destes focos de fogo tem, na sua origem, problemas básicos de educação, falta de noções mínimas do que pode e do que não pode ser feito, negligência, imprudência, incompetência, desleixo e falta de recursos para manter as condições mínimas de segurança de um imóvel.

Começando pelos focos de incêndio em zona rural, é comum o brasileiro colocar fogo no terreno para limpar pastos e outras áreas, plantadas ou não, nas quais ele pretende trabalhar.

As queimadas, volta e meia, fogem do controle de quem pretendia fazer um incêndio controlado, se espalham muitas vezes por enormes áreas, sem que os aceiros tenham condições de deter as chamas em função do tamanho do incêndio.

É verdade que parte dos focos de incêndio que assolam as áreas rurais tem origem em fenômenos naturais: raios, incêndios espontâneos, faíscas, etc. Mas parte decorre da falta de educação do cidadão, que joga uma bituca de cigarro ou uma garrafa vazia ao lado da estrada, no meio da vegetação seca.

Já nas áreas urbanas, a falta de educação se repete, mas de outro jeito. A sem cerimônia com que fazem "gatos", ou instalações ilegais, puxando um fio clandestino da rede de energia, é comum em quase todas as favelas e comunidades que cercam as grandes cidades brasileiras. Mas não é apenas nelas que esta prática é comum. Em muitos imóveis de porte não é raro a ligação elétrica ser ilegal ou feita de forma incorreta, visando uma vantagem na conta de luz. Isso para não falar na rede elétrica, na forma como os fios são instalados, invariavelmente uns amarrados aos outros, num grosso feixe pronto para o curto-circuito na primeira ocasião, seja porque uma ponta de fio

desencapado encosta em outra, seja porque, por alguma razão, a fiação perde sua proteção.

Além disso, a crise que assolou o Brasil tem um papel importante na queda da qualidade da manutenção feita em residências e empresas. Com grana curta, as pessoas economizam nas vistorias e na substituição dos equipamentos em piores condições. Isso, evidentemente, aumenta as chances do surgimento de focos de incêndio, da mesma forma que as instalações impróprias para o uso de gás doméstico invariavelmente provocam explosões por causa dos vazamentos.

No passado, a contratação dos seguros de incêndio empresariais era uma ferramenta importante para minimizar as chances da ocorrência de focos de fogo nos imóveis segurados.

Como o segurado tinha direito a uma série de descontos em função das medidas de proteção contra fogo adotadas, as seguradoras realizavam vistorias nos imóveis para determinar a taxa a ser aplicada na cobertura básica da apólice. Como estas vistorias tinham a capacidade de identificar os pontos fracos de cada instalação e/ou imóvel, o segurado ficava obrigado a providenciar os reparos necessários para contratar o seguro de incêndio e isto reduzia a incidência deles.

Atualmente, os seguros são contratados sem vistorias prévias. Prevalece a taxa média para aquele determinado tipo de risco. Assim, por economia, as seguradoras abriram mão das vistorias prévias dos imóveis segurados.

A retomada desta prática poderia ser um instrumento de peso para reduzir os 270 mil focos de incêndio que anualmente assolam o Brasil.

Fonte: [SindSegSP](#), em 12.01.2018.